

AGENDA PÚBLICA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

AGENDA PÚBLICA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e Conselho de Administração da
Agenda Pública
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agenda Pública ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agenda Pública, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidade sem finalidade de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram o relatório datado de 14 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

AGENDA PÚBLICA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.815.147	1.777.494	Fornecedores		8.488	14.510
Contas a receber	6	1.414.451	294.366	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.008	-
Adiantamentos a terceiros		285	26.070	Obrigações tributárias		20.992	83.232
Contas a Receber - Termos de Parceria		3.229.883	2.097.931	Receitas Diferidas	7	877.034	86.067
						907.521	183.809
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		-	82.634	Recursos de projetos a realizar	8	185.352	-
Imobilizado		8.744	2.623			185.352	-
Intangível		171	2.096				
		8.914	87.353				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	9	2.001.475	2.348.201
				Superávit/(déficit) do exercício		144.450	(346.726)
						2.145.925	2.001.475
Total do ativo		3.238.798	2.185.284	Total do passivo e patrimônio líquido		3.238.798	2.185.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Receitas de Projetos - Doações		629.842	4.404
Sem Restrição			
Doações campanhas e patrocínios pessoais		102	169.800
Receitas com serviços		907.373	674.800
(-) Deduções da Receita		(43.353)	(26.246)
Trabalhos voluntários	13	40.000	40.000
Receita operacional líquida	10	1.533.965	862.759
Custos			
Custos com projetos			
Projeto União Européia		-	(4.404)
Projeto Lunding	8	(413.494)	(324.258)
Projeto COPA E ENERGIA	8	(259.388)	(127.196)
Projeto PPA	8	(629.842)	(64.763)
Total dos custos com projetos		(1.302.724)	(520.621)
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com Pessoal		(16.138)	(6.438)
Despesas Tributárias		(10.229)	(14.688)
Despesas Administrativas Gerais		(261.929)	(822.533)
Trabalhos voluntários	13	(40.000)	(40.000)
Total das despesas	11	(328.296)	(883.659)
Déficit operacional		(97.055)	(541.522)
Receitas Financeiras		245.893	201.488
Despesas Financeiras		(4.388)	(6.692)
Resultado financeiro líquido	12	241.505	194.796
Superávit líquido/(déficit) do exercício		144.450	(346.726)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Superávit líquido/déficit do exercício	144.450	(346.726)
Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente no exercício	<u>144.450</u>	<u>(346.726)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Deficits/superávits</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.603.568	(1.255.367)	2.348.201
Incorporação do superávit do exercício anterior	(1.255.367)	1.255.367	-
Déficit do exercício	-	(346.726)	(346.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.348.201</u>	<u>(346.726)</u>	<u>2.001.475</u>
Incorporação do déficit do exercício anterior	(346.726)	346.726	-
Superávit do exercício	-	144.450	144.450
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>2.001.475</u></u>	<u><u>144.450</u></u>	<u><u>2.145.925</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/ Déficit do exercício	144.450	(346.726)
Depreciação/ Amortização	4.372	5.382
Superávit do exercício ajustado	148.822	(341.344)
Aumento líquido/(diminuição) das contas do ativo		
Contas a Receber	(197.612)	544.522
Adiantamentos a Terceiros	25.786	24.767
Impostos a Recuperar	-	1.005
Despesas Antecipadas	-	-
Depósitos Judiciais	82.634	-
Depósitos e Cauções	-	3.600
Outras Contas a Receber	-	-
Contas a Receber - Termos de Parceria	(922.473)	-
Aumento líquido/(diminuição) das contas do passivo		
Fornecedores	(6.023)	6.227
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.008	(3.574)
Provisão de Férias e Encargos Sociais	-	(7.922)
Obrigações Tributárias	(62.240)	(56.610)
Recursos de Projetos a Realizar	-	(4.296)
Receitas Diferidas	790.967	(330.531)
Outras Contas Pagar - Projetos	185.352	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	46.220	(164.156)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(8.567)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades com investimentos	(8.567)	-
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	37.653	(164.156)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.777.494	1.941.651
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.815.147	1.777.494
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	37.653	(164.156)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Agenda Pública, ("Agenda Pública" ou "Entidade"), é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento da gestão pública e à amplificação da participação social por meio da construção de capacidades que resultem em políticas públicas mais democráticas e de qualidade.

As contribuições recebidas, bem como o eventual superávit de suas operações, não estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme legislação em vigor aplicável às associações sem fins econômicos.

Reforma tributária e seus impactos nas organizações sem fins lucrativos

A imunidade relativa a patrimônio e receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades: COFINS e IRPJ/CSSL sobre seu resultado (superávit), incluindo entidades beneficentes e templos de qualquer culto, foi mantida pela EC 132/2023 (OSCIPs ou Organização Social). Todavia, a imunidade não abrange, em regra, atividades econômicas/acessórias não vinculadas diretamente às finalidades essenciais, as quais podem se sujeitar a IBS e CBS sob a LC 214/2025.

Conseqüentemente, as organizações sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão. Trazendo a necessidade de separação contábil e fiscal entre atividades essenciais (potencialmente imunes) e atividades não essenciais (tributáveis). Nesse contexto, receitas provenientes de eventos pagos, venda de produtos, serviços cobrados ou outras atividades acessórias podem ficar sujeitas a IBS e CBS sob a LC 214/2025.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme pronunciamento NBC TG 1000 (R-1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 17 de março de 2026 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação dos valores dos trabalhos voluntários, determinação da renúncia fiscal. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação por valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa no 3.1 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro, de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Esta nova norma contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros:

- (i) Mensuradas ao custo amortizado;
- (ii) Valor justo dos outros resultados abrangentes;
- (iii) Valor justo por meio do resultado.

A Entidade considerou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma.

A Entidade reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros. Essa categoria inclui caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que:

- (i) Não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- (ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado;
- (iii) São gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Entidade mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de fornecedores e outras contas a pagar).

Passivos financeiros - mensuração subsequente

Custo amortizado

São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou por meio do acréscimo da taxa efetiva.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2025 e 2024, incluindo operações de hedge.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

3.3. Despesas antecipadas

Corresponde às despesas com projetos, os quais serão reconhecidos no resultado à medida que ocorrerem entradas de recursos.

3.4. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas a seguir:

- Equipamentos de computação: 05 anos;
- Veículos: 05 anos;
- Instalações: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos; e
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: prazo do contrato.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

3.5. Provisões e passivo circulante

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor conhecido ou calculável acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.6. Receitas diferidas

Representam receitas futuras que a Entidade receberá por serviços que ainda não forneceu. Essa alocação no passivo não circulante é necessária em função da existência de uma obrigação, sendo que no contrato está incluído a quantia identificável e relacionada a prestação de serviços subsequentes à data do contrato, devendo essa parcela da receita ser diferida e reconhecida como receita durante o exercício social em que o produto ou serviço vier a ser disponibilizado ao cliente.

3.7. Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

4. Novas normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026:

- a. Normas IFRS S1 e S2 - requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima: A Entidade acompanha os assuntos contidos nas duas normas, no entanto, estas são, por ora, aplicáveis unicamente a companhias de capital aberto. A Entidade não tem planos de adotar espontaneamente as duas normas, que têm vigência prevista para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027;
- b. Norma CPC 51/IFRS 18 - apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: A Entidade está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027;
- c. Melhorias em relação à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 39/IAS 32, CPC 40/IFRS 7, CPC 48/IFRS 9): a Entidade está avaliando os impactos das mudanças para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos próprios		
Bancos Conta Movimento		
Banco Itaú c/c 59,714	428	178.092
	<u>428</u>	<u>178.092</u>
Aplicações Financeiras		
Banco Itaú - CDB-DI - C/C 59.714	1.769.267	1.599.402
	<u>1.769.267</u>	<u>1.599.402</u>
Caixa e Equivalentes Caixa Recursos Próprios	<u>1.769.695</u>	<u>1.777.494</u>
Recursos de Vinculados		
Bancos Conta Movimento		
Banco Itaú - Projeto PPA - C/C 60478-4	503	-
Banco Itaú - C/C 98.213-3	100	-
	<u>603</u>	<u>-</u>
Aplicações Financeiras		
Banco Itaú - Projeto PPA - CDB - C/C 60478-4	44.849	-
	<u>44.849</u>	<u>-</u>
Caixa e Equivalentes Caixa Recursos Vinculados	<u>45.452</u>	<u>-</u>
Total Caixa e Equivalentes de caixa	<u><u>1.815.147</u></u>	<u><u>1.777.494</u></u>

Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CD 100% a.a.).

Os recursos vinculados aos projetos descritos na Nota Explicativa nº12, referem-se substancialmente a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados.

6. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a Receber		
Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A	491.979	208.299
Secretaria do Estado da Educação	-	86.067
Total Contas a Receber	<u>491.979</u>	<u>294.366</u>
Contas a Receber - Termos de Parceria		
Copa e Energia Distribuidora de Gas	782.473	-
Projeto PPA	140.000	-
Total Contas a Receber - Termos de Parceria	<u>922.473</u>	<u>-</u>
Total Contas a Receber	<u><u>1.414.451</u></u>	<u><u>294.366</u></u>

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Os saldos de contas a receber referem-se a valores decorrentes de contratos firmados para execução de projetos institucionais, reconhecidos conforme o estágio de execução dos serviços, em conformidade com os respectivos instrumentos contratuais.

Durante o exercício, a Entidade reconheceu receitas e respectivos ingressos financeiros, bem como mantém saldos a receber vinculados aos seguintes projetos:

- Projeto Copa: contempla valores já recebidos e valores a receber decorrentes da execução de serviços relacionados ao desenvolvimento e implementação de estratégia de transição energética justa, com foco no acesso à cocção limpa e enfrentamento da pobreza energética;
- Projeto Lunding: compreende valores recebidos e a receber pela prestação de serviços de suporte técnico a governos municipais, voltados à implementação de Planos Decenais de Desenvolvimento Econômico nos municípios de Alto Horizonte/GO e Nova Iguaçu de Goiás/GO;
- Projeto PPA: inclui valores recebidos e a receber relacionados à execução, monitoramento, prestação de contas e sistematização de resultados de projeto de desenvolvimento territorial rural por meio de sistemas agroflorestais.

Os valores a receber ao final do exercício correspondem a direitos da Entidade por serviços já prestados e ainda não liquidados financeiramente até a data-base das demonstrações financeiras. Os valores recebidos referem-se a ingressos ocorridos no período, conforme condições contratuais estabelecidas.

7. Receitas diferidas

A Entidade fechou, em 2025, contratos de prestação de serviços com a Copa Energia distribuidora de gás S.A. no valor de R\$ 447.657 e com Mineração Maracá indústria e comércio S.A. no valor de R\$ 429.377. Sendo no total R\$ 877.034 cujas despesas serão realizadas em 2026.

Em 2025 foi realizado R\$ 86.067 do contrato com a Copa e Energia, encerrando o saldo do restante do contrato.

8. Recursos de projetos a realizar

A Entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Em 2024 não foram recebidos novos recursos, seja de projetos já existentes ou de novos projetos.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Os recursos recebidos e aplicados na execução dos projetos estão demonstrados no quadro a seguir:

a. Custos com a execução de Projetos

	2024	Doações	Rendimento de aplicação financeira	Consumo	2025
Projeto PPA	-	800.000	15.194	(629.842)	185.352
	-	800.000	15.194	(629.842)	185.352

b. Custos com a execução de Projetos

Projeto	Despesas com Pessoal e Encargos	Despesas com Viagens	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais e Adm.	Outros Custos Aplicados	Custos 2025
Projeto Lunding	-	(7.334)	(381.578)	(13.971)	(10.610)	(413.494)
Projeto Copa e Energia	-	(26.612)	(211.593)	(12.577)	(8.608)	(259.388)
Projeto PPA	(62.157)	(62.057)	(462.890)	(40.970)	(1.767)	(629.842)
	(62.157)	(96.003)	(1.056.061)	(67.518)	(20.985)	(1.302.724)

9. Patrimônio social

A Entidade, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui superávits apurados, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus associados, instituidores e administradores, sob qualquer forma. Em conformidade com a NBC T - 10.19, Item 10.19.2.7, o superávit ou déficit apresentado ao término de cada exercício será agregado ao patrimônio social da entidade. As receitas geradas pela Associação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

No caso de dissolução da Organização, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas sem fins econômicos, qualificadas nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da Organização e que será escolhida pela Assembleia Geral, especialmente convocada para decidir esta matéria.

A instituição que receber o patrimônio da Organização não poderá distribuir lucros, dividendos ou qualquer outra vantagem semelhante a seus associados ou dirigentes.

Na hipótese de a Organização perder a qualificação de OSCIP, instituída pela Lei nº 9.790/99, os acervos patrimoniais disponíveis, adquiridos com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, e será escolhida pela Assembleia Geral, especialmente convocada para definir esta matéria.

10. Receitas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Com Restrição		
Receitas de Projetos - Doações (nota 12)	629.842	4.404
Receitas Sem Restrição		
Doações Campanhas e Patrocínios - Pessoas Jurídicas	102	169.800
Receita de Serviços	907.373	674.800
(-) Dedução da Receita	(43.353)	(26.246)
Receita de Gratuidade	40.000	40.000
Total	<u>1.533.965</u>	<u>862.759</u>

11. Despesas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com Pessoal (a)	(16.138)	(6.438)
Despesas Tributárias (b)	(10.229)	(14.688)
Despesas Administrativas/Gerais (c)	(301.929)	(862.533)
Total	<u>(328.296)</u>	<u>(883.659)</u>

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

a) Despesas com Pessoal

	2025	2024
Salários e Estagiários	(4.507)	-
13º Salário	(625)	-
Férias	(7.347)	-
INSS	(2.751)	-
FGTS	(1.474)	-
PIS	(108)	-
Exame Médico	-	(70)
Benefícios	674	(6.368)
Total	<u>(16.138)</u>	<u>(6.438)</u>

b) Despesas tributárias

	2025	2024
COFINS s/ Receitas Financeiras	(9.946)	(13.986)
IOF	(57)	(1)
Impostos e Taxas	(226)	(701)
Total	<u>(10.229)</u>	<u>(14.688)</u>

c) Despesas administrativas/gerais

	2025	2024
Serviços de Terceiros	(173.799)	(727.901)
Depreciação/Amortização	(4.372)	(5.382)
Viagens e Estadias	(50.752)	(34.392)
Aluguéis/Condomínios	(1.349)	(3.854)
Custos Compartilhados Projetos	(80)	-
Custos Diversos	(71.577)	(91.004)
Despesas Gratuitades	(40.000)	(40.000)
Total	<u>(301.929)</u>	<u>(862.533)</u>

12. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.852	893
Receitas aplicações financeiras	243.041	199.224
Juros e correção	-	1.371
	<u>245.893</u>	<u>201.488</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(4.363)	(5.203)
Juros Passivos	(25)	(1.440)
Multas	-	(49)
	<u>(4.388)</u>	<u>(6.692)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>241.505</u>	<u>194.796</u>

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

13. Trabalhos voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ela recebido durante o exercício de 2025.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2025	2024
Gratuidades - Conselho Fiscal	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>
	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>

14. Instrumentos financeiros

A Entidade possui instrumentos financeiros não derivativos como outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, a entidade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável;
- Aplicações financeiras: são classificadas como disponíveis para negociação ou venda e estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo ajustados a valor de mercado.

A Entidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

AGENDA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

As operações usuais da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos descritos:

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras das doações recebidas pela Entidade para realização dos projetos.

Risco de taxas de juros

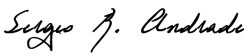
Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com relação a esse risco, cabe salientar que os ativos financeiros se encontram indexados por taxas de juros pré-fixadas.

15. Cobertura de seguros " não auditado "

A Entidade mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos. Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovações destas demonstrações contábeis que requeressem divulgação.

DocuSigned by:

FC1197A9173E4EF...

Sérgio Rodrigo Andrade
CPF: 009.175.556-51
Diretor executivo

DocuSigned by:

A50AD9B48F3649C...

David Coppola
CRC: 1sp 167.760/o-7
Contador

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C2C5A941-B9AB-4396-9118-7177484D7958
 Assunto: Auditoria: Relatório Auditoria Independente 1695-26 Agenda Pública_RA.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 23
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Publica Agenda
 Av. Angélica, 819
 Av. Angélica, 819
 São Paulo, BR-SP 01227-000
 financeiro@agendapublica.org.br
 Endereço IP: 191.241.243.96

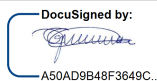
Rastreamento de registros

Status: Original
 24/03/2026 13:48:41
 Portador: Publica Agenda
 financeiro@agendapublica.org.br
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

David Coppola
 david@coppolacontabil.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
 carregada
 Usando endereço IP: 187.9.170.234

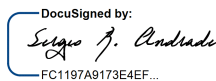
Registro de hora e data

Enviado: 24/03/2026 13:52:34
 Visualizado: 24/03/2026 17:29:52
 Assinado: 24/03/2026 17:30:05

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 20/07/2023 07:20:29
 ID: cfd1db4b-ec1d-4e84-8ede-26e15f0be133

Sergio R. Andrade
 sergio.andrade@agendapublica.org.br
 sergio andrade
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)



Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 191.241.243.96

Enviado: 24/03/2026 13:52:34
 Visualizado: 24/03/2026 15:37:19
 Assinado: 24/03/2026 15:37:39

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 24/03/2026 15:37:19
 ID: 2c953fc7-eadd-4d52-a0b8-b9e4da3b15e9

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24/03/2026 13:52:34
Entrega certificada	Segurança verificada	24/03/2026 15:37:19
Assinatura concluída	Segurança verificada	24/03/2026 15:37:39
Concluído	Segurança verificada	24/03/2026 17:30:05

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agenda (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agenda:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cristiano.becarini@agendapublica.org.br

To advise Agenda of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cristiano.becarini@agendapublica.org.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agenda

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cristiano.becarini@agendapublica.org.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agenda

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to cristiano.becarini@agendapublica.org.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agenda as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agenda during the course of your relationship with Agenda.